



1 **APROVADA EM 26/01/2022.** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE
2 TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO
3 BÁSICO DO RIO DE JANEIRO DO COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
4 GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ –
5 GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 04 de novembro de 2021, quinta-feira às 10h00min por
6 videoconferência, reuniu-se a reunião do GTA Plano do CBH-BG com a seguinte pauta:
7 **Apresentação da Nota Técnica com a análise e contribuições ao RP07 Relatório da**
8 **Proposta de Ações, Intervenções, Programa de Investimento e Roteiro de**
9 **Implementação do Plano (V00) para os membros do GTA Plano.** Lohana Cristina
10 (AGEVAP) disse que ficou como gestora do contrato substituta no período de férias do João
11 Paulo Coimbra (AGEVAP). Então, ela ficou responsável de fazer a nota técnica do Produto
12 RP07 - Proposta de Ações, Intervenções, Programa de Investimento e Roteiro para
13 Implementação do Plano (V00). Foi apresentada a composição do GTA Plano e disse que
14 na reunião, de integrantes do GTA Plano, somente estavam presentes o José Paulo
15 Azevedo (OMA Brasil), Maria Lobo (Viva Cosme Velho), Luiz Constantino (INEA) e Flávia
16 Lanari (APALMA). Informou que sobre o cronograma ocorreu um atraso no desenvolvimento
17 do produto RP07 e o mesmo encontra-se em análise. Mostrou o cronograma vigente e nos
18 slides destacou que para os produtos mostrados em vermelho foi solicitada a readequação
19 dos prazos, sem dilatação do prazo final. Seguiu apresentando mencionando que o RP07 é
20 um dos produtos do Plano de Ações e o que o objetivo do Plano de Ações conforme o Termo
21 de Referência (TdR) é determinar os objetivos, diretrizes e metas para o PRH-BG, além de
22 estabelecer o conjunto de intervenções, estruturais e não estruturais, para reorientar o curso
23 dos acontecimentos e/ou promover as transformações necessárias de forma a implantar a
24 realidade desejada. Em resumo, esta etapa deverá rever, reavaliar e redirecionar os
25 objetivos, metas, diretrizes e programas estabelecidos no PDRH-BG de 2005, além dos
26 arranjos institucionais e financeiros correspondentes. De acordo com o TdR, as atividades e
27 conteúdos esperados no RP07 são: Ações ou intervenções requeridas, organizadas em
28 componentes, subcomponentes e programas, com justificativa, objetivos, executor,
29 investimentos, fontes possíveis de recursos e prazo de implantação; No que se refere a
30 fontes possíveis de recursos deverão ser considerados: a) simulação da aplicação do
31 princípio usuário-poluidor-pagador, para estimar os recursos potencialmente arrecadáveis
32 na bacia; b) rateio dos investimentos de interesse comum; e c) previsão dos recursos
33 complementares alocados pelos orçamentos públicos e privados na bacia; Prioridades e
34 cronograma de investimentos; Estruturação do programa de investimentos; Recomendações
35 de ordem operacional para implementação do plano; e Propostas para criação de áreas
36 sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos. Lohana Cristina
37 (AGEVAP) apresentou o passo a passo para a consolidação do RP07, onde mostrava uma
38 linha do tempo. No dia 21/07 ocorreu a Oficina do RP07, na qual participantes indicados
39 pelos subcomitês se dividiram em salas para contribuírem sobre o material base entregue
40 pela RHA com a matriz de ações e programas inicialmente propostos. No dia 26/07 a matriz
41 de ações e programas consolidada pós Oficina pela RHA foi enviada aos subcomitês e aos
42 participantes da oficina para analisarem e darem retorno sobre a incorporação das
43 contribuições advindas da Oficina pela empresa. Então, o dia 09/08 foi o prazo para os
44 subcomitês retornarem com considerações e validarem se os participantes indicados por
45 eles se sentiram contemplados pelo material enviado pela RHA pós Oficina. No dia 18/08

46 ocorreu a reunião do GTA plano para análise e incorporação das contribuições dos
47 subcomitês na matriz. No dia 23/08 ocorreu a reunião da RHA com a coordenação do GTA
48 Plano e gestor do contrato para repassar as discussões e considerações da reunião anterior
49 do GTA Plano. No dia 26/08 a RHA enviou a matriz de ações e programas consolidada, base
50 para a elaboração do produto RP07. Com a matriz definida, no dia 09/09 ocorreu reunião do
51 GTA Plano para que a RHA explicasse e realizasse simulação acerca da metodologia para
52 priorização dos programas e ações propostos. No dia 15/09 a matriz completa e já com as
53 ações priorizadas foi enviada pela RHA. No dia 23/09 a empresa RHA enviou a primeira
54 versão do relatório RP07 - Propostas de ações, intervenções, programa de investimentos e
55 roteiro para implementação do Plano (V00) para análise e aprovação. No dia 27/09 ocorreu
56 reunião do GTA Plano para análise e validação da matriz de priorização de ações completa
57 enviada pela RHA e preenchimento das lacunas necessárias. O dia 12/10 foi o prazo para
58 análise e recebimento de contribuições do GTA Plano e dos Subcomitês ao RP07 (V00). No
59 dia 04/11 ocorreu reunião do GTA Plano para apresentação da Nota Técnica de análise do
60 RP07 (V00). Após essa apresentação inicial realizada pela Lohana Cristina (AGEVAP) a
61 reunião prosseguiu. Maria Lobo (Viva Cosme Velho) disse que não pôde participar da oficina,
62 mas que a partir de agosto começou a tomar conhecimento do que estava sendo produzido
63 e que tiveram várias reuniões e que não é justo que todo esse trabalho que foi feito
64 posteriormente sobre a matéria prima da Oficina não seja considerado no produto. Maria
65 Lobo (Viva Cosme Velho) sugeriu que as novas contribuições à matriz de ações e programas
66 deveriam ser possíveis de incorporação desde que não anulassem outras que foram
67 propostas pela Oficina, de forma a acrescentar e aprimorar. José Paulo Azevedo (OMA
68 Brasil) disse que por Maria Lobo (Viva Cosme Velho) não ter participado da Oficina os novos
69 comentários e contribuições poderiam ser contrários ao que já tinha sido decidido na Oficina.
70 Maria Lobo (Viva Cosme Velho) disse que acréscimos que são pertinentes deveriam ser
71 considerados. João Paulo Coimbra (AGEVAP) disse que não foram aceitas apenas as
72 contribuições provenientes da Oficina, reiterou que foi todo um processo que se iniciou com
73 a Oficina conforme apresentado pela Lohana Cristina (AGEVAP). Reiterou que para a
74 Oficina, a RHA mandou um material base que foi trabalhado com os participantes, gerando
75 uma segunda matriz, a qual foi enviada aos subcomitês e suas respectivas coordenações,
76 mais uma vez sendo trabalhada. Depois ainda teve uma reunião do GTA Plano onde essa
77 matriz foi validada e trabalhada, até se chegar no momento de hoje. A RHA precisava dessa
78 matriz de ações e programas previamente validada pois foi a partir dela que a empresa
79 elaborou o documento físico RP07 (V00) de 273 páginas. João Paulo Coimbra (AGEVAP)
80 disse que se a matriz for alterada hoje, não invalida todo trabalho feito, mas impacta todo o
81 cronograma, porque foi um processo de desenvolvimento e validação que demorou quatro
82 meses. Maria Lobo (Viva Cosme Velho) perguntou se a matriz considerada foi a do dia 26/07
83 e se de lá para cá nada foi considerado. João Paulo Coimbra (AGEVAP) informou que foi no
84 dia 27/09 após reunião do GTA Plano que a matriz de ações e programas foi validada em
85 sua forma final e enviada para que a RHA prosseguisse com a elaboração do produto RP07.
86 Continuou informando que para se chegar nessa matriz consolidada no dia 27/09 teve todo
87 um processo anterior que não considerou apenas as contribuições da Oficina do dia 21/07
88 mas também momentos onde surgiram ajustes, adequações, contribuições e comentários
89 pós Oficina, tais como as rodadas de contribuição dos subcomitês, as reuniões do GTA
90 Plano e reuniões com a RHA. Todas as contribuições durante esse processo todo foram

91 compiladas e organizadas para se chegar à versão final da matriz que foi apresentada no
92 dia 27/09. Maria Lobo (Viva Cosme Velho) respondeu que era isso que ela queria saber.
93 José Paulo Azevedo (OMA Brasil) mencionou que uma coisa uma coisa pragmática é que
94 deveria existir um ponto final que foi exatamente essa reunião do dia 27/09 porque senão o
95 processo não terminaria nunca. Mencionou que participou de outros planos e essa etapa de
96 contribuições é muito rápida, normalmente se dá poucos dias para ler e enviar contribuições.
97 Reiterou que essa etapa do RP07 do PRH-BG foi extremamente participativa e que não faz
98 sentido abrir novos momentos de contribuição. Maria Lobo (Viva Cosme Velho) informou
99 que não era isso que ela estava sugerindo, que ela queria apenas entender se a matriz
100 validada no dia 27/09 incorporou todo o processo participativo posterior ao dia 21/07. Lohana
101 Cristina (AGEVAP) mencionou que, inclusive por conta dessa participação social bastante
102 democrática, se levou a matriz final para aprovação no GTA Plano no dia 27/09 para que aí
103 sim a empresa prosseguisse com a elaboração do restante do RP07. Lembrou que o produto
104 não é apenas a matriz de ações e programas, mas que também inclui o programa de
105 investimentos e o roteiro de implementação do plano, partes do relatório que para serem
106 desenvolvidas precisava primeiro exatamente dessa definição da matriz de ações junto ao
107 CBH-BG. Mencionou, portanto, que com alterações de ações que já foram validadas seria
108 necessária toda uma revisão dessas partes do relatório também, principalmente se for uma
109 ação que pode impactar no orçamento e programa de investimentos que já foi desenvolvido.
110 José Paulo Azevedo (OMA Brasil) exemplificou dizendo que o processo de revisão do
111 Regimento Interno era uma urgência da gestão atual, mas que não está sendo democrático
112 pois agora quase no fim os subcomitês estão recebendo a versão alterada com um prazo de
113 apenas um mês para análise para fechar tudo. Ele disse que os processos participativos
114 observados na elaboração do plano normalmente não estão sendo observados ou nem
115 existem em outras ações e no dia a dia. Prosseguiu dizendo que em relação a contratação
116 da atualização e complementação do PRH-BG existem prazos e que o GTA Plano, também
117 com a boa vontade da RHA, tem tentado ser democrático e fazer um processo que escute
118 todo mundo, mas que tem um momento que tem que seguir adiante. Lohana Cristina
119 (AGEVAP) prosseguiu com a apresentação e mostrou as atividades a serem realizadas no
120 RP07 em atendimento ao Termo de Referência (TdR) e como e aonde a empresa atendeu
121 a estes requisitos no relatório. Por exemplo, no Capítulo 3 o RP07 contemplou o requisito do
122 TdR de Proposição de Ações e Intervenções considerando sustentabilidade hídrica das
123 intervenções, condicionantes financeiros e orçamentários, ações e planos já existentes ou
124 previstos, articulação logística do PRH-BG com demais instância de planejamento
125 governamentais ou privadas, avaliação do arranjo institucional existente, e a governabilidade
126 do sistemas de recursos hídricos atuante na RH-V. Observou-se, em conformidade com o
127 TdR que essas intervenções englobarão, prioritariamente, as ações relacionadas com a
128 implementação e operacionalização de instrumentos de gestão dos recursos hídricos; os
129 desenvolvimentos operacionais e institucionais; as articulações com órgãos públicos e
130 privados; o fomento à gestão participativa; a qualificação técnica e educação ambiental, e
131 também ações de infraestrutura de serviços e obras, mas sempre com o olhar sobre a
132 governabilidade de sua execução e/ou formas de apoio à sua consecução. Outro requisito
133 do TdR atendido nesse capítulo foi a proposição de intervenções organizadas minimamente
134 em três níveis hierárquicos. Observou-se que a matriz de ações foi estruturada em
135 componentes estratégicas, que se desdobram em programas e subprogramas que por sua

136 vez se desdobram em ações. O TdR também solicitava que o detalhamento da proposição
137 de ações deveria se constituir, minimamente de: título, localização, prioridade, objetivo e
138 justificativa, responsável, descrição, prazos (situando-os em relação ao horizonte do plano),
139 custos, fonte de recurso, monitoramento e indicadores. O RP07 também deveria cobrir a
140 Montagem do Programa de Investimentos, o qual a RHA contemplou no Capítulo 4,
141 organizando e distribuindo os investimentos propostos ao longo do tempo de modo a
142 produzir um cronograma físico-financeiro. Nessa etapa, para identificação das fontes de
143 recursos deveriam ser consideradas: os orçamentos federal, estaduais, municipais e das
144 concessionárias de serviços públicos; Planos Plurianuais (PPAs) dos Estados e da União;
145 programas de organismos internacionais; fundos de investimentos e linhas de financiamento
146 nacionais e internacionais. Em função da disponibilidade orçamentária, poderiam ser
147 avaliados três cenários de disponibilidade de recursos financeiros para aplicação no PRH
148 BG: Ótimo; Real; e o Pactuado. Para a Proposição de Ações e Intervenções e Montagem do
149 Programa de Investimentos do Plano, deverão ser elaboradas “Fichas descritivas dos
150 programas de investimento” a ser incorporado futuramente no Produto 7. Seu detalhamento
151 deve constituir-se, minimamente de: indicação do componente, subcomponente e programa;
152 objetivo; justificativa; prioridade; atividades necessárias; localização; instituições
153 responsáveis; prazos (situando-os em relação ao horizonte do plano), custo estimado, fonte
154 de recurso, monitoramento e indicadores. Outra etapa importante do RP07 era a elaboração
155 das Estratégias Institucionais e Roteiro para Implementação do PRH-BG, observada no
156 Capítulo 5 do relatório entregue pela empresa. Essa parte deveria conter proposição de
157 marcos legais e institucionais que viabilizem recomendações quanto à implementação dos
158 instrumentos de gestão (contemplado no item 5.1.4 do RP07); identificação de instituições
159 que podem apoiar a viabilização e implementação do PRH-BG em âmbitos específicos, com
160 explicação desses nichos de ação e seus pontos de conexão com o Plano (contemplado no
161 item 5.1.2 do RP07); delineamento da forma de Agência de Bacia da Baía de Guanabara,
162 destacando suas possibilidades e limitações, considerando as instituições existentes, os
163 entes do SINGREH atuantes na bacia e a forma de operacionalização de Agências de Águas
164 (contemplado no item 5.1.5 do RP07); pontos fortes e fracos do PRH-BG, seus executores
165 e principais atores envolvidos (contemplado no item 5.1.3 do RP07); gerenciamento da
166 implementação do PRH-BG (contemplado no item 5.2 do RP07). José Paulo solicitou que se
167 revisse o item 5.1.5 para que pudesse ter uma redação mais aderente à posição da AGEVAP
168 como delegatária. João Paulo Coimbra (AGEVAP) disse que esses itens foram retirados
169 diretamente do Termo de Referência (TdR) e que o trabalho foi de ver se a RHA cumpriu
170 com esses requisitos no relatório. Luiz Constantino (INEA) disse que esse ponto pode ter
171 sido replicado do primeiro Termo de Referência no ano de 2015. Lohana Cristina (AGEVAP)
172 mencionou que nesse item 5.1.5 a RHA trouxe um resgate das legislações pertinentes ao
173 tema das agências de bacia e agências delegatárias e também abordaram o contrato de
174 gestão atual dando sugestões de alteração. Eloisa Torres (Instituto Terrazul) ressaltou que
175 uma coisa interessante de se fazer é um estudo comparativo do relacionamento das
176 delegatárias com os comitês a nível nacional, por exemplo como o PCJ se relaciona com a
177 sua delegatária, como o Peixe Vivo se relaciona com o comitê, etc. Isso ajudaria a ter uma
178 visão mais gerencial de tomador de decisão. Outra coisa que ela trouxe foi a sugestão de
179 fazer um detalhamento das ações de curto prazo com o respectivo orçamento e quanto falta
180 articular com fontes externas para se cumprir as ações de curto prazo. Luiz Constantino

181 (INEA) disse que algo similar foi feito no plano do BIG. José Paulo Azevedo (OMA Brasil)
182 disse que essa sugestão tem muita sinergia com o Manual de Operação do Plano – MOP e
183 a adequação do MOP ao PAP. Em relação à primeira sugestão da Eloísa, ele mencionou
184 que também considerava pertinente e que poderiam ver se a RHA poderia cobrir essa
185 questão no item 5.1.5. Flávia Lanari (APALMA) perguntou se a questão do Gerenciamento
186 Costeiro integrado à Gestão da Bacia foi no fim apenas uma abordagem mais superficial e
187 a Lohana Cristina (AGEVAP) respondeu que este é um dos programas constantes no RP07.
188 Flávia Lanari (APALMA) perguntou se a RHA apenas sinalizou essa necessidade ou se vai
189 fazer algo em relação a isso. José Paulo Azevedo (OMA Brasil) respondeu que tem a
190 questão dos Planos de Manejo de Usos Múltiplos de Lagoa ou Laguna (PMULs) que tem a
191 ver com a gestão costeira. Ademais mencionou que a maior integração entre gestão costeira
192 e gestão de bacia está sendo preconizada na própria revisão do Plano Nacional de Recursos
193 Hídricos, mas que ainda levará um tempo e que até o fim da complementação e atualização
194 do PRH-BG infelizmente não será possível se avançar da forma que se gostaria nessa
195 temática do gerenciamento costeiro. Tem uma boa experiência na Baía de Ilha Grande (BIG)
196 mas que parou ali. É um trabalho que deverá ser feito começando praticamente do zero e
197 certamente no plano não terá esse gerenciamento implementado. Flávia Lanari (APALMA)
198 falou da importância dessa temática e sugeriu observar o que foi feito em outros comitês fora
199 do Estado já que vai ter que se partir do zero e para se ter uma noção. Lohana Cristina
200 (AGEVAP) prosseguiu apresentando o sumário do RP07. Na parte da introdução constante
201 no Capítulo 1 ela disse que vai ser verificado a possibilidade com a RHA sobre a questão de
202 detalhar com as atividades do Termo de Referência e onde elas estão contempladas no
203 restante do relatório. No Capítulo 2 a metodologia geral está explicando a metodologia da
204 Oficina e como se deu a montagem do programa de ações. Capítulo 3, traz as ações de
205 intervenções do PRH-BG, incluindo as fichas dos programas e evolução do PDRH-BG 2005.
206 O Capítulo 4 é o programa de investimento e traz toda a análise de orçamento, fonte de
207 investimento, os cenários, programa físico-financeiro, etc. O Capítulo 5 aborda estratégias
208 institucionais e roteiro de implementação do Plano, onde tem um quadro final com todas
209 ações e indicadores e como acompanhar esses indicadores. Capítulo 6 é a síntese
210 conclusiva. José Paulo Azevedo (OMA Brasil) perguntou se na parte que compara com o
211 PDRH-BG 2005 há alguma análise das fragilidades ou possível explicação de porquê várias
212 ações não foram efetivadas. Lohana respondeu que o que consta é mais uma comparação
213 do que existia no PDRH-BG e o que foi trazido para o PRH-BG. Eloísa Torres (Instituto
214 Terrazul) reforçou essa questão trazida pelo José Paulo e mencionou que observa que os
215 planos de recursos hídricos geralmente entram nas atribuições que são responsabilidades
216 de outras entidades, exemplificando por exemplo as ações relacionadas a redução de
217 perdas na rede. Finalizou dizendo que o importante é estudar e planejar como deve ser a
218 articulação para que esses outros atores desempenhem suas funções, como cobrar que
219 essas ações sejam concretizadas. Lohana Cristina (AGEVAP) prosseguiu entrando na parte
220 das contribuições, e mencionou que de maneira geral observou-se que o produto atende aos
221 requisitos e itens do Termo de Referência a que o RP07 se propõe abordar. Destaca-se que,
222 para o Plano de Ações, o TdR previa a realização de encontro ampliado, o que foi
223 contemplado pela Oficina realizada no dia 21/07/2021. Dessa forma, considerando a
224 participação social, posterior envio da matriz de ações para validação dos Subcomitês e
225 discussão no âmbito do GTA Plano, considera-se que o conjunto de ações e intervenções

226 proposto foi elaborado de forma a representar os anseios das diversas partes interessadas
227 e atores Região Hidrográfica V Em uma observação geral, as metas e indicadores devem
228 ser revisados para que tenham métrica e objetivo claros, sejam mensuráveis e
229 acompanháveis, bem como alinhar os indicadores do QUADRO 5.6 com os descritos nas
230 fichas de cada programa. EX: Indicador do programa 1.1 - Estruturação do arranjo
231 institucional do CBH-BG "Contato e reuniões com a empresa concessionária do
232 saneamento" que está sem métrica. Outra questão para adequação da versão enviada do
233 RP07 é a necessidade que o anexo digital, que traz o material enviado como material de
234 apoio à Oficina, e que não é a versão final da matriz de ações, seja melhor sinalizado como
235 tal, evitando equívocos dos leitores ao inferirem que se trata de uma síntese do plano de
236 ações consolidado. João Paulo Coimbra (AGEVAP) sugeriu que a empresa poderia trazer
237 no início do relatório, por exemplo na introdução e no capítulo que traz metodologia da
238 Oficina e participação, um parágrafo explicando o que é esse anexo digital, dada a sua
239 importância por ser o material base no qual o CBH-BG se debruçou ao longo do processo e
240 culminou na consolidação da versão final da matriz de ações e programas. É necessário
241 deixar claro que esse material é apenas o material base e que não é a versão final
242 consolidada. É importante destacar essa questão para se ter um histórico, já que, no futuro,
243 como o plano tem um horizonte de longo prazo e os membros do comitê mudam, os leitores
244 poderão entender como ele foi construído. José Paulo Azevedo (OMA Brasil) reiterou que
245 nos outros planos essa parte participativa foi muito pequena por conta dos prazos e que no
246 fim das contas foi interessante a forma que está acontecendo no PRH-BG e que é importante
247 isso estar registrado. Lohana Cristina (AGEVAP) prosseguiu com as demais contribuições e
248 ajustes elencados. Em complementação, visando deixar visualmente mais claro quais os
249 programas e ações por componente estratégico, seria interessante que as matrizes de cada
250 componente estivessem no início dos capítulos, sucedidas das Fichas de Programas. Nas
251 fichas de programas, quando há mais de um responsável identificado nas ações, as mesmas
252 foram citadas fora de ordem alfabética o que traz também confusão ao leitor. Os "QUADROS
253 INVESTIMENTO DO CBH-BG PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA E SUAS
254 AÇÕES", constantes das Fichas de Programas, poderiam ter uma coluna a mais à direita,
255 como no RP05 do PRH Guandu-RJ, que indica a fonte do recurso. Também foi solicitado a
256 reescrita de alguns parágrafos com falta de coesão. Algumas metas precisariam estar
257 ajustadas às metas e prazos do Contrato de Gestão nº 02/2017. Ex.: "Divulgação semestral
258 de relatório digital sobre o cenário ambiental da bacia, inclusive no site do CBH-BG", que
259 tem periodicidade anual no CG, além da maioria dos dados secundários serem
260 disponibilizados anualmente. No relatório é proposta à contratação de profissionais de
261 recursos hídricos e técnicos administrativos, portanto, é importante observar que atualmente
262 a equipe conta com 1 gerente, 3 especialistas em recursos hídricos e 2 especialistas
263 administrativos (sendo 1 deles em Resende) e que o orçamento para a ação "1.2. a
264 realização do custeio da atuação da Entidade Delegatária para as ações executivas
265 necessárias para o funcionamento do Comitê, bem como para a implementação do PHR-
266 BG" foi estabelecido em 10% da arrecadação. Após a menção de todos os pontos que ela
267 elencou, Lohana Cristina começou a apresentar as contribuições que ela recebeu de outros
268 membros do CBH-BG. Falou que Izidro Arthou (Movimento Pró-Restinga) apresentou 12
269 contribuições representando o Subcomitê do Sistema Lagunar de Maricá-Guarapina e
270 algumas delas já estão incluídas nas ações. Ela mencionou que houve um equívoco porque



271 ele se baseou na matriz de ações e programas constante no anexo digital, que na verdade
272 não era a versão consolidada da matriz de ações apenas o material base que foi lapidado e
273 que culminou na matriz final e consolidada que é mais completa. Ela disse que mesmo assim
274 manteve as contribuições do Izidro para manter registrado, mas que parte delas já estavam
275 incorporadas. No Subcomitê Oeste, Leandro Travassos (Associação Ecocidade) contribuiu
276 e pediu a inclusão de texto, na página 122 do RP07, com relação a metodologia de PSA
277 aplicada a Unidades de Conservação e para que a RHA considere o estudo a ser feito de
278 metodologia de PSA fazendo análise de aplicação para pagamento de Unidade de
279 Conservação. Luiz Edmundo realizou contribuições no Subcomitê do Sistema Lagunar de
280 Jacarepaguá, sugerindo um quadro resumo com todos os programas, ações e valores de
281 investimento. No Subcomitê do Sistema Lagunar da Lagoa Rodrigo de Freitas, Luiz
282 Constantino (INEA) contribuiu e sugeriu a inclusão de alguns pontos. Diante das muitas
283 considerações, ficou decidido não aprovar a primeira versão do RP07 (V00). As
284 considerações e apontamentos elencados serão enviados através da Nota Técnica para a
285 RHA tomar as devidas providências. O produto revisado em sua próxima versão será
286 analisado pelo gestor do contrato acerca da satisfatoriedade dos ajustes solicitados. No caso
287 da não inclusão satisfatória das contribuições, o gestor do contrato indicará ao GTA Plano
288 para providências. No caso da satisfatoriedade o produto será aprovado sem necessidade
289 de nova reunião ou rodada de contribuições haja vista todo os momentos destinados para
290 esse fim. Concluiu-se a reunião às 12:41.

291

292

José Paulo Azevedo

293

**Coordenador do Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano de Recursos
Hídricos da Baía de Guanabara**

294

295

Encaminhamento:

297 Diante das muitas considerações, não aprovar a primeira versão do RP07 (V00). As
298 considerações e apontamentos serão enviados para a RHA tomar as devidas providências.
299 O produto revisado em sua próxima versão será analisado pelo gestor do contrato acerca
300 da satisfatoriedade dos ajustes solicitados. No caso da não inclusão satisfatória das
301 contribuições, o gestor do contrato indicará ao GTA Plano para providências. No caso da
302 satisfatoriedade o produto será aprovado sem necessidade de nova reunião ou rodada de
303 contribuições haja vista todo os momentos destinados para esse fim.

304

Participantes:

306 OMA Brasil - José Paulo Azvedo; Instituto Terrazul - Eloisa Torres; APALMA - Flavia Lanari;
307 Associação Viva Cosme Velho - Maria Lobo; INEA - Luiz Constantino; Secretaria Executiva:
308 Carolina Martins, João Paulo Coimbra e Lohana Santos.